

CLIO

Revista do Curso de Mestrado em História da
Universidade Federal de Pernambuco

Reitor

Prof. Geraldo Lafayette Bezerra

Pró-Reitor para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Armando Souto Maior

Coordenador do Curso de Mestrado em História da UFPE.

Prof. Marc Jay Hoffnagel

Diretor da Revista

Prof. Abdias Moura

Secretária da Revista

Prof.^a Gabriela Martin Souto Maior

CONSELHO EDITORIAL

Professores José Honório Rodrigues da Universidade Federal Fluminense, Luiz Henrique Dias Tavares da Universidade Federal da Bahia, Altiva Pillatti Balhana da Universidade Federal do Paraná, Myriam Ellis da Universidade de São Paulo, Amado Luis Servo da Universidade de Brasília, Fernando Sgarbi Lima da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Vera Alice Cardoso da Universidade Federal de Minas Gerais, Walter Piazza da Universidade Federal de Santa Catarina, Earle Macarthy Moreira da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Napoleão Figueiredo da Universidade Federal do Pará, José Sebastião Witter do Arquivo do Estado de São Paulo.

OS ARTIGOS PUBLICADOS NESTA REVISTA SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.

A REPRODUÇÃO SÓ É PERMITIDA COM A CITAÇÃO DO NOME, NÚMERO E ANO DA REVISTA.

Pede-se permuta

Se solicita intercambio

On demande l'échange

Man bittet um Austausch

We ask for exchange

Si richiede lo scambio

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Secretaria da Revista CLIO. Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 10.º andar, Cidade Universitária, 50000 RECIFE (Brasil)

Dissertações Defendidas no Curso de Mestrado em História da UFPE. (continuação)

19 — A Burguesia e a Evolução Histórica de Portugal no Século XIV

Autor: Emília Augusta Lins Freire

Orientador: Marco Antonio de Oliveira Pais

O presente trabalho tem como objetivo o estudo da burguesia portuguesa e sua participação em seu processo histórico medieval a fim de verificar sua atuação ao nível da ordem político-social existente. Para tanto fez-se necessário analisar o comércio português e o desenvolvimento da burguesia, o seu significado e limitações, bem como o seu relacionamento com as demais classes sociais no período. Assim, colocou-se em questão o quadro sócio-econômico de Portugal durante a Baixa Idade Média, inserindo-o no sistema produtivo feudal.

Sendo a atividade agrícola a base econômica do sistema, a autora, inicia a análise através da produção agrícola e dos obstáculos ao seu crescimento, incluindo as relações de produção desenvolvidas no referido corte de tempo. Além de abordar o assunto por esta ótica, Emília Augusta Lins Freire destaca os seguintes acontecimentos: as quebras da moeda, a peste negra, o êxodo rural, o tabelamento dos salários que agudizaram a crise e as principais características dos trezentos portugueses.

Enfim, a presente pesquisa procura detectar o avanço da burguesia, bem como as limitações desse avanço a partir das realizações burguesas ocorridas durante o governo do rei D. Fernando e da atuação dessa burguesia na revolução de 1383-85.

20 — "Estrutura de Poder e Secas na Paraíba: 1877/1922"

Autor: Lúcia de Fátima Guerra Ferreira

Orientador: Marc Jay Hoffnagel

Este trabalho aborda as secas nordestinas a partir da superestrutura, privilegiando a instância política mas sem deixar de lado os demais aspectos da realidade, buscando detectar as causas da permanência dos efeitos calamitosos das secas na região.

A pesquisa firmou-se na utilização das seguintes fontes: jornais paraibanos da época, discursos parlamentares, Recenseamento de 1920, relatórios e publicações da IOCS/IFOCs atual DNOCS), e mensagens presidenciais da República e do Estado.

O I Capítulo deste trabalho trata do Estado da Paraíba durante a Primeira República, partindo do geral — o Estado Oligárquico brasileiro, em direção ao particular — o Nordeste no contexto nacional e as bases econômicas do poder político na Paraíba.

No II Capítulo a autora apresenta um levantamento dos estudos feitos sobre o problema das secas, e a partir da análise da política de socorros públicos tece algumas considerações sobre o nascimento da chamada "indústria da seca".

O III Capítulo pode ser considerado um confronto dos anteriores e é onde o tema do trabalho é abordado mais plenamente. Seu título é O Estado Oligárquico e a Política das Secas e encontra-se dividido nos itens: O processo de organização de órgãos de combate às secas; O plano de ação do governo Epitácio Pessoa; e Oligarquias e secas na Paraíba.

Dentre as conclusões do trabalho a autora destaca que na relação entre a estrutura de poder e as secas, a primeira foi uma das responsáveis diretas pela permanência dos efeitos calamitosos da segunda. A fração de classe dominante localizada no Nordeste requeria junto a Federação verbas e auxílio em prol dos flagelados e os utilizava de tal forma que não resultaram em benefícios diretos para reforçar a sua posição dominante frente aos dominados.

21 — A Congregação do Oratório de Pernambuco: Uma Congregação a Serviço do Estado Português

Autor: **Maria do Céu Medeiros**

Orientador: **Marc Jay Hoffnagel**

O objeto da dissertação é explicar a ligação da Congregação dos Padres do Oratório de São Filipe Néri, fundada em Pernambuco, logo após a expulsão dos holandeses e que atuou nessa capitania e no Ceará, com o projeto de ocupação e colonização do que se chama hoje Nordeste Brasileiro.

O trabalho presuppõe a estrutura escravista de produção, voltada para a exportação. Com base nesse tipo de sociedade, captam-se as conjunturas mais significativas para se compreender a atuação dos Oratorianos cuja extinção no país se verifica em 1830.

O trabalho parte do pressuposto de que todo modo de produção possui seus canais de manutenção e de reprodução das relações de produção que lhe servem de suporte. A Congregação, como todas as corporações religiosas, é vista pois, como um aparelho de Estado, sem se querer lhe dar uma consciência cívica quando assim se comporta.

A congregação teve dois campos de atuação: a área da pecuária e a da cana de açúcar, variando sua atuação de acordo com as nuances que o escravismo assumia numa e noutra área segundo os interesses do Estado e as necessidades de criadores de gado e donos de escravos.

Chega-se à conclusão de que há o que se poderia chamar de "pacto" entre essas categorias que gerenciavam a produção de riqueza na colônia e a Congregação. Com estes, partilham as vantagens e os riscos que os antagonismos criam até mesmo entre as frações da própria classe dominante. Nesse confronto, a fidelidade à soberania do rei de Portugal coloca os Oratorianos em situação política embaraçosa à medida que o processo de emancipação do país se desenvolva. Consumado esse processo, a Congregação se torna "inútil" e os fautores da independência do Brasil, que a conseguiram em nome dos ideais do liberalismo, aceitam sem discussão, a extinção da Congregação.

22 — Autonomia da Capitania da Paraíba

Autor: **Elza Regis de Oliveira**

Orientador: **Armando Souto Maior**

AUTONOMIA DA CAPITANIA DA PARAÍBA é o título da Dissertação de Mestrado assinada por Elza Regis de Oliveira, a qual se constitui numa análise do período compreendido entre 1756-1799, em que a Paraíba fora anexada à capitania de Pernambuco. A anexação decorreu da situação de debilidade econômica em que a capitania se encontrava após a guerra holandesa, situação que se prolongaria até os meados do século XVIII.

O ato da anexação não foi uma medida adequada para solucionar a crise da capitania paraibana. Sente-se o desejo de Metrópole de livrar-se da penosa tarefa de sua recuperação, transferindo para Pernambuco um problema de sua única e exclusiva responsabilidade. Além de Pernambuco encontrar-se em dificuldades econômicas, a sua abrangência administrativa contribuiu para retardar as providências urgentes de que necessitava a capitania da Paraíba.

A experiência veio mostrar, porém, que o desenvolvimento da Paraíba acabou sendo retardado em face da anexação, e que esta beneficiou mais a Pernambuco do que à capitania dominada.

A subordinação correspondeu a um processo de sub-colonização que durou 43 anos. Da inconveniência da Provisão Real de 1.º de janeiro de 1756 (ato da anexação) se convencera a rainha D. Maria I que, pela Carta Régia de 17 de janeiro de 1799, mandou separar as duas capitanias.

A documentação consultada demonstrou que a autonomia não se concretizara imediatamente em função da citada Carta Régia. A restauração foi lenta. Os longos anos de dependência exigiam naturalmente cautelas que atendessem ao espírito e ao processo colonial portugueses.

23 — As Oficinas ou Charqueadas no Ceará

Autor: **Valdelice Carneiro Girão**

Orientador: **José Bonifácio Xavier de Andrade**

A dissertação tem como objetivo apresentar uma contribuição aos estudos da pecuária no Ceará no século XVIII, destacando a importância das Charqueadas na economia da época e colocando em questão as causas do declínio daquelas Oficinas, após a seca de 1790-93.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos. No primeiro, focaliza os aspectos fisiográficos do Ceará, sua localização na zona semi-árida do Nordeste e as implicações advindas desta situação, bem como a importância das bacias fluviais no povoamento da Capitania, com a criação do gado. No segundo, comenta o pouco interesse do colonizador pelas terras cearenses e os obstáculos causadores desse desinteresse, as tentativas de conquista e a solução encontrada com a pecuária. No terceiro, trata da situação econômica da Capitania no contexto político da região, a comercialização do rebanho nas feiras e a urbanização através dos caminhos do gado. No quarto capítulo enfoca as transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas na capitania com a instalação das Charqueadas e, conseqüentemente, o comércio da carne seca e do couro em outros mercados, introduzindo um elemento novo na organização produtiva da Colônia até a falência das fábricas de carne do Ceará.

24 — A Revolução Estatizada (Um Estudo sobre a Formação do Centralismo em 30).

Autor: **José Octávio de A. Mello**

Orientador: **Roberto de Amorim Almeida**

As implicações institucionais da Revolução de 30, considerada como movimento que caminhou "para dentro do Estado", por via de uma concepção de poder autoritário-corporativista e estatista-orgânica, fazem-se as linhas mestras dessa pesquisa.

Buscando comprovar como as tensões políticas, sócio-culturais, militares e econômico-financeiras do Brasil dos anos vinte serão enfrentadas por esquema de redefini-

ção de poder politicamente autoritarizante, economicamente modernizador e socialmente de cooptação do operariado, a presente dissertação demonstra inicialmente como tais formulações promanavam da área econômica onde o esgotamento do sistema agrário-exportador atingido pela crise internacional de 1929 imporá como alternativa modelo de aliança poli-classistas tutelado pelo Exército, o que configurará o populismo, e projeto econômico moderadamente comprometido com a industrialização.

Por conta do que se verificava durante toda República Velha e em especial no período 1928/30, o Rio Grande do Sul e a Paraíba despontarão como as matrizes mais representativas do sistema centralizado de poder, torreanamente consagrado pela Revolução de 30.

Pela ótica do autor, apoiado em ampla bibliografia da Revolução de 30, Anais da Câmara dos Deputados e Assembléia da Paraíba 1929/30, Mensagens de Governo 1924/30, jornais da época que irão abranger em específico o corte de tempo 1928/31, relatórios produzidos no período e atas da Associação Comercial da Paraíba, bem como grande número de documentos existentes nos arquivos do Presidente João Pessoa, depositados no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, os acontecimentos paraibanos de março/outubro de 30, permeados da Guerra Civil de Princesa, assim configuram laboratório da crise que ensejará o final da República Velha pelo desencontro que se processava entre Estado-membro (subentenda-se o Estado da Paraíba) ávido de poderes, versus coronelismo municipalista em armas na região de Princesa Isabel e coligacionismo, apoiado em poderosa burocracia do poder público federal, justamente os três pilares da proposta de poder da Política dos Governadores articulada por Campos Sales no início da respectiva República.

Frustradas as intenções conciliatórias do presidente paraibano Álvaro de Carvalho, que deterá o governo mas não o poder de julho a outubro de 30, o processo histórico procurará saída que constituirá na afirmação do poder da União, a princípio por meio (outubro/novembro de 30) do Governo Central Provisório do Norte e, posteriormente, através da ação nordestina dos Ministérios da Viação e Obras Públicas e Agricultura.

Para José Octávio de Melo, a Revolução de 30 significou, para além do seu discurso aparentemente liberal, modelo de articulação econômico-política e sócio-cultural que nunca pretendeu transferir o poder das oligarquias para o povo, em virtude da intermediação de estamento garantido pela estrutura do próprio Exército, assim como, pela nascente tecnocracia.

25 — O Histórico no Teatro Político de Aristófanes

Autor: **Mariza Pinheiro de Moura**

Orientador: **Armando Souto Maior**

Análise da obra de Aristófanes a partir de seu mundo histórico em confrontação com o fato real, adicionando a presente pesquisa noções essenciais à fundamentação do tema central, tais como: informações sobre o teatro grego, pela sua significabilidade relativa a vida e a poesia de Aristófanes, principalmente o seu posicionamento diante de valores e mudanças que caracterizaram sua época.

Na análise do histórico, cerne da presente pesquisa, a autora estrutura a "Polis" ateniense em diversos níveis (subentenda-se o econômico, o político, o social, etc...) para melhor interligá-los com o comediante aristofânico a partir da classificação metodológica de Gilda Maria Reale Starzunski.

Na definição de prioridade de consulta Mariza Pinheiro de Moura toma como texto básico de pesquisa a edição Francesa de Victor Coulon e Hilaire Van Daele, obra completa de data recente, que apresenta importantes vantagens. A edição enriquece o texto aristofânico com um aparato técnico de inestimável valor, respeitando as fontes originais no que se refere à língua, à ortografia, à distribuição dos versos entre os personagens, à colometria, procurando, na medida do possível, oferecer um texto igual ao legado pela antiguidade. A consulta à fonte acima referida exigiu a tradução das peças, trabalho que foi realizado, pela autora tendo como preocupação, tentar reproduzir a vivacidade dos diálogos de Aristófanes sem trair sua argúcia e sutileza.

Quanto ao material de caráter secundário, uma vasta bibliografia foi selecionada para prospecção do tema. Na consulta dessas fontes, levou-se em consideração obras de referência, obras especializadas e obras históricas, que forneceram a fundamentação indispensável ao desenvolvimento do trabalho.

O enfoque do histórico, na obra de Aristófanes foi, enfim, segundo Mariza Pinheiro de Moura fornecido pelo próprio poeta que, embora homem de teatro, documentou os conflitos político-sociais de sua época, permitindo reconhecer-se em sua obra o caráter meta-histórico de que é dotada.

26 — A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte

Autor: Marlene da Silva Mariz

Orientador: Marc Jay Hoffnagel

Esse trabalho teve por objetivo analisar as relações de poder entre o Estado do Rio Grande do Norte e o Governo Central, no período compreendido entre 1930 e 1934. Trata-se de uma análise histórica da conjuntura política, econômica e social do Rio Grande do Norte durante a Primeira República (1889/1930), onde se procura destacar a participação desse Estado no movimento revolucionário de 1930.

O tema central onde esse estudo se encontra inserido é o da Revolução de 1930 e a sua escolha se prende ao reconhecimento da carência de trabalhos regionais sobre o período. Dessa forma, coloca-se em questão a problemática da política estadual e suas relações de poder com o regime implantado após 1930, levando em consideração a questão das lutas internas e a integração do Estado no contexto nacional.

Partindo da hipótese de que o Rio Grande do Norte não se incorporou aos ideais revolucionários, procura-se demonstrar que a participação local ao movimento foi apenas de adesismo, o que pode ser explicado pela própria conjuntura estadual, através das características locais: economia em crise e subjugada ao governo central; lutas oligárquicas com sua classe dominante integrada ao poder central; e um Estado sobretudo agrário, com uma população predominantemente rural e dependente dos proprietários de terras, além de uma classe média incipiente e quantitativamente inexpressiva. — Tudo isso contribuindo para que até 1930, o Rio Grande do Norte não expressasse nenhuma efervescência oposicionista.

Dividindo a presente pesquisa em três partes, questiona a autora, na primeira o processo revolucionário, analisando a conjuntura nacional, a crise de 1929 e a inserção do RN nesse contexto até o movimento armado de 1930. Na segunda analisa o período de 1930 a 1934, ou seja, da instalação da revolução no poder no país e especificamente no Estado objeto do estudo, destacando-se a administração do comandante Hercolino Cascardo na interventoria potiguar, por ser considerado como um modelo tenen-

tista no poder estadual. Na terceira e última, estuda o período das eleições — 1933 e 1934 — que corresponde à volta da legalidade, com as Constituintes Nacional e Estadual, e o decorrer do processo eleitoral no Rio Grande do Norte.

O estudo conclue por revelar a volta dos políticos tradicionais ao poder local, significando que a revolução não conseguiu integrar o RN aos seus ideais.

27 — Henrique Castriano de Souza (Um Reformador Social)

Autor: José Geraldo de Albuquerque

Orientador: Mário Márcio de Almeida Santos

Apresentação crítica do conhecimento que se tem de alguns aspectos da personalidade de Henrique Castriano de Souza como reformador social. O ideário de Henrique Castriano é inserido nos condicionamentos político-pedagógicos de seu tempo e verificada sua linha de ação no Rio Grande do Norte.

Particularmente, além de se questionar a partir de dados biográficos a atuação do biografado como pedagogo, a presente dissertação, analisa seu empenho em introduzir no Rio Grande do Norte uma instituição (subentenda-se a Escola Doméstica de Natal) que inserisse conotações modernizantes relativo ao universo pedagógico-feminino da sociedade brasileira no começo do século, e em especial no contexto social natalense. Revelações sobre atividades outras, concomitantes com a sua carreira de pedagogo em Natal, estão presentes na pesquisa.

Além da bibliografia geral o autor fundamenta-se em vasta documentação inédita à luz do "Livro de Visitas" da referida Escola.

NOTICIÁRIO

II REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA — SBPH

Nos dias 28, 29 e 30 de julho de 1982, realizou-se, na Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, a segunda Reunião Anual da SBPH, que foi aberta por palestra de Americo Jacobina Lacombe, Presidente da Instituição que gentilmente acolheu a SBPH para realização da sua II Reunião. Usaram, inicialmente, da palavra Francisco de Assis Barbosa e Washington Luís Neto, que referiram as áreas de pesquisa e os trabalhos efetuados pela Casa de Rui Barbosa. Esther Caldas Bertoletti, Coordenadora-Geral de Plano Nacional de Microfilmagem dos Periódicos Brasileiros, expôs nessa ocasião os resultados atuais do PIMPB, tendo sido distribuído a todos os participantes o Catálogo de **Periódicos Brasileiros em Microformas**, publicado em 1981, pela Biblioteca Nacional.

Houve três mesas redondas: uma sobre Pombal, coordenada por Arno Wehling (IHGB), da qual participaram Cecília Maria Westphalen (UFPR), Augustin Wernet (USP) e Heloísa Bellotto (IEB da USP); outra sobre o papel das inovações tecnológicas no Brasil no séc. XIX, presidida por Earle Diniz Macarthy Moreira (UFRS) e coordenada por Altiva P. Balhana (UFPR) e tendo como relatores Odah Guimarães Costa (UFPR), Teresinha Mesquita Queiroz (UFPI) e Armando Scuto Maior (UFPE); e finalmente uma **mesa redonda sobre historiografia brasileira**, presidida por Francisco Iglésias (UFMG), da qual participaram Maria Beatriz Nizza da Silva (USP), Nanci Leonzo (USP), Fernando Sgarbi Lima (UFRJ), Vera Alice Cardoso da Silva (UFMG) e José Carlos Neihy (USP).

Foram apresentadas 36 comunicações assim distribuídas: 16 por sócios de S. Paulo, 4 do Paraná, 2 respectivamente por Sergipe, Bahia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Brasília, 1 do Rio e outra de Goiás. Quanto à temática, além das comunicações sobre a política pombalina, dentro das comemorações do **Segundo Centenário da morte do marquês de Pombal**, houve comunicações sobre arquivos e documentação. Notou-se uma clara renovação de interesse pela história política além do habitual interesse pela história social e pela história cultural, havendo também alguns estudos de história econômica.

A II Reunião Anual da SBPH encerrou-se com uma conferência de Cecília Maria Westphalen sobre **Fernand Braudel**.

REUNIÃO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA — SAB

Em setembro de 1981, realizou-se nas Faculdades Integradas Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, a I Reunião da SAB. Os trabalhos foram iniciados com uma palestra do seu Presidente Dr. Pedro Ignacio Schmitz que informou aos assistentes sobre a administração da Sociedade, número de sócios efetivos e honorários. Foram apresentadas 35 comunicações que integrarão as Atas a serem publicadas pelas Faculdades Integradas Estácio de Sá.

Os temas tratados na I Reunião foram: caçadores e coletores; início da agricultura e horticultores; modelos etnográficos para a Arqueologia; Arte rupestre e temas vários.

No encerramento da I Reunião, ficou determinado que a II Reunião da SAB teria lugar na Universidade de Minas Gerais em Belo Horizonte, em setembro de 1983. Os temas propostos foram:

Métodos e técnicas de salvamento arqueológico.

Arqueologia Histórica.

Formação de Arqueólogos: balanço e perspectiva.

Balanço da Arqueologia brasileira e pesquisas urgentes



30 anos promovendo o progresso do Nordeste

No início da década de 50, o Ministro da Fazenda, Horácio Láfer, ao voltar de uma viagem feita ao Nordeste, observou, ao então Presidente Getúlio Vargas, que o problema básico do subdesenvolvimento nordestino era de natureza estrutural, agravado nas épocas de adversidades climáticas, e que, para solucioná-lo, era preciso adotar medidas de caráter duradouro, que fortalecessem a Região. Portanto, "o combate às secas, através de grandes obras de engenharia, será sempre improficuo, se não for acompanhado de elementos capazes de fortalecer a economia regional, mediante amparo às atividades econômicas".

Estava sugerida a criação do Banco do Nordeste do Brasil, que seria oficializada em 19 de julho de 1952, depois de vários estudos e debates que confirmariam a tese do Ministro Horácio Láfer, compartilhada pelos técnicos da Assessoria Econômica do Governo Getúlio Vargas, tendo à frente o economista Rômulo Barreto de Almeida, que, posteriormente, tornar-se-ia o primeiro presidente da Instituição.

E assim, criado o BNB, iniciava-se uma nova fase da política governamental concernente ao Nordeste, consolidada, depois, pelo surgimento da Sudene, em 1959, e pelo acionamento da concessão dos incentivos fiscais, em 1962.

Formada essa estrutura, o BNB encontrou espaço para desenvolver o seu programa de ação, voltado, principalmente, para o crescimento sócio-econômico do Nordeste.

Hoje o BNB, com apenas 30 anos de existência funcional, mantém a posição de terceiro maior banco do País, em volume de empréstimos.

Exercendo, simultaneamente, as funções de banco rural, industrial, comercial e de investimento e desempenhando atividades de pesquisa, promoção, fomento e assistência técnica, o BNB tem contribuído, muitas vezes de maneira pioneira, para que o Nordeste desenvolva suas potencialidades e impulsione suas atividades econômicas, com auto-sustentação.

Essa ação se reflete na concessão de recursos para o setor primário, visando à elevação da produção agropecuária; no apoio aos programas especiais do Governo como o PRODAGRI, o PROÁLCOOL, o Projeto Sertanejo, o POLONORDESTE e o PROHIDRO; nos financiamentos à implantação, expansão e modernização de empreendimentos industriais; no apoio direto aos projetos voltados para a infra-estrutura urbana das grandes cidades e das pequenas comunidades nordestinas; nos empréstimos para impulsionar a comercialização de produção e formação de capital de giro de empresas agrícolas, industriais e comerciais; nos financiamentos às exportações regionais e nas obtenções de recursos externos, com vistas a custear a importação de equipamentos e insumos para a produção de bens destinados ao mercado nacional e internacional.

Com essa política geral de atuação, o BNB superou, no ano de 1982, a casa dos 500 bilhões de cruzeiros aplicados na Região, contribuindo, assim, para o fortalecimento econômico e o bem-estar social da comunidade nordestina.

REVISÃO GERAL DE LYGIA MARIA RUIZ
DIAGRAMAÇÃO DE ROMILDO COSTA
GRÁFICA CAXANGÁ IMPRIMIU

MEC - CAPES